



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0003145-30.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 1217/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 713/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 121/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **MARCOS ANTONIO VIEIRA**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 29 de maio de 2014, às 16:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Gilvan Machado, Promotor de Justiça, bem como do réu **MARCOS ANTÔNIO VIEIRA**, devidamente escoltado, acompanhado da defensora, Dra. Tathiana Ninelli. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Paulo Xavier da Silva, as testemunhas de acusação Paulo Thiago Anselmo de Oliveira e José Risomar Viera Campos, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A materialidade está comprovada pelo auto de exibição e apreensão de fls.24/25, auto de entrega de fls. 26/27 e auto de avaliação de fls. 28/29. A qualificadora da escalada relatada pela vítima e pelas demais testemunhas, e também admitida pelo réu, restou comprovada pela perícia técnica pelo laudo de fls. 111. O laudo de fls. 93 ilustrado com fotogramas até a fls. 101 demonstram a situação em que o acusado foi preso junto ao trailer de lanche na praça São Benedito. Em poder do réu foram apreendidos, como ele mesmo admitiu, os bens que havia subtraído. Dentre esses objetos se destaca o pen drive que continha dados de clientes do restaurante como esclarecido por Paulo Xavier nesta audiência. Não há, assim, qualquer dúvida, quer quanto à autoria quer quanto a materialidade o que legitima a condenação do acusado nos exatos termos da denúncia. Observo, para fins de fixação de suas penas que o réu conta com confissão e em desfavor a sua condição de reincidente como está certificado a fls. 115. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O réu foi denunciado pelo MP como incurso nas penas do artigo 155, § 4ª, II, do CP pois teria subtraído para si, mediante escalada, uma chave de fenda, um pen drive e um boné, totalizando valor de R\$95,00. Considerando o valor ínfimo da res, entende-se aplicável ao caso o princípio da insignificância tendo em vista que o patrimônio da vítima não sofreu lesão. Sendo assim deve ser julgado improcedente o pedido acusatório com a consequente absolvição do acusado. Caso o MM. Juiz entenda pela necessidade de condenação requer a desclassificação do delito de furto para a sua forma tentada visto que o réu não teve a posse mansa e pacífica do bem subtraído. Prova disso é que foi preso em flagrante minutos depois do cometimento do delito. Contudo, caso este juízo entenda pela desclassificação do crime, requer a exclusão da qualificadora, visto de que não houve prova de esforço físico incomum do réu para a transposição de obstáculo. Em caso de eventual condenação requer seja observada a circunstância atenuante por ser o réu confesso. Deverá ainda ser observado a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, visto que o crime é de pouca gravidade e de pequeno valor os objetos, que foram restituídos à vítima. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. MARCOS**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

ANTÔNIO VIEIRA, RG 45.527.329/SP, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso II (escalada), do Código Penal, porque no dia 31 de março de 2014, por volta das 21h38, no restaurante Cantinho da Mama, situado na Rua Jesuíno de Arruda, 1.816, Centro, nesta cidade, subtraiu do referido estabelecimento comercial, mediante escalada, uma chave de fenda marca Stanley, um pen drive marca Giesecke & Devrient e um boné marca Flexfit, avaliados em R\$95,00. Segundo apurado Marcos Antônio entrou no restaurante após subir no telhado, local a partir do qual teve acesso ao forro e ao interior do imóvel. Algum tempo depois foi flagrado por câmera de vídeo operada pela Guarda Municipal sobre o telhado de uma lanchonete instalada em um trailer nas proximidades do restaurante e ao ser abordado, com ele foram encontrados os objetos subtraídos, que foram apreendidos e restituídos à vítima. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls. 32 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 73), o réu foi citado (fls. 87/88) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 118/122). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição pelo princípio da insignificância, além de argumentar que o crime foi tentado e pediu a exclusão da qualificadora. **É o relatório. DECIDO.** O réu confessou a prática do furto, tal como descrito na denúncia. Sua confissão vem reforçada pela prova oral colhida e especialmente com a prisão na sua posse dos bens subtraídos. A despeito do pouco valor dos bens furtados, não se aplica à situação dos autos o princípio da insignificância. Caracterizado, portanto, o furto, que é consumado, posto que o réu teve posse tranquila dos bens subtraídos e somente foi localizado em situação posterior, sem ter havido perseguição. O delito também é qualificado porquanto houve a escalada, afirmada na prova oral e atestada no laudo pericial de fls. 53. Impõe-se, portanto, a condenação. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que foram recuperados os bens furtados, que também eram de pequeno valor, delibero fixar a pena-base no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação em razão da agravante da reincidência (fls. 115/116) porque em favor do réu existe a atenuante da confissão espontânea, devendo uma situação compensar a outra. A reincidência específica impossibilita a substituição por pena alternativa. CONDENO, pois, **MARCOS ANTONIO VIEIRA** à pena de **dois (2) anos de reclusão e dez (10) dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido o **artigo 155, § 4º, inciso II, do Código Penal**. Por ser reincidente iniciará o cumprimento da pena no **regime semiaberto**, que reputo suficiente, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabiliza-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEFENSORA:

RÉU: